

**A ESCOLA COMO REDE DE PROTEÇÃO:
desafios e possibilidades da inclusão na adolescência**

**THE SCHOOL AS A PROTECTION NETWORK:
challenges and possibilities of inclusion in adolescence**

Danielle Vitória da C. R. Aquino¹
Erika Rodrigues de Freitas²

RESUMO

O artigo apresenta a intersetorialidade como instrumento de fortalecimento das políticas públicas educacionais, com a finalidade de potencializar a escola como lugar que vai além do ensino, configurando-se como ambiente de garantia de direitos para crianças e adolescentes. Apresenta como objetivo geral analisar a escola como rede de proteção e espaço de inclusão na adolescência. Os objetivos específicos, propõe-se: a) Identificar desafios que dificultam a permanência e o sucesso escolar de adolescentes; b) Verificar possibilidades intersetoriais; c) Destacar práticas pedagógicas e políticas inclusivas que favoreçam o protagonismo infantojuvenil. Trata-se de um estudo qualitativo, com revisão de literatura por meio de uma pesquisa de artigos em banco de dados previamente selecionados. Foram analisados três artigos: Coutinho (2011), Silva e Silva (2009) e Souza; Souza e Farache (2025). Os resultados permitiram identificar que a permanência e o sucesso escolar de adolescentes ainda são comprometidos por dificuldades socioeconômicas, carências estruturais das instituições, falta de articulação intersetorial e predominância de modelos pedagógicos tradicionais que não dialogam com as realidades infantojuvenis. Diante de tais constatações, repensar as estratégias de inclusão escolar na adolescência exige tanto o fortalecimento de políticas públicas intersetoriais quanto a ressignificação das práticas pedagógicas cotidianas das instituições de ensino e demais atores necessários ao processo. Somente a partir dessa dupla dimensão estrutural e pedagógica será possível transformar a escola em um território de proteção, inclusão e ampliação de oportunidades, capaz de responder às demandas contemporâneas dessa parcela da população.

Palavras-chave: Adolescentes; Inclusão; Escola; Práticas intersetoriais e políticas inclusivas.

ABSTRACT

The article presents intersectoriality as an instrument for strengthening public educational policies, aiming to enhance the role of the school as a space that goes beyond teaching, configuring it as an environment for ensuring the rights of children and adolescents. The general objective is to analyze the school as a network of protection and a space for inclusion during adolescence. The specific objectives are: a) to identify challenges that hinder adolescents' school attendance and success; b) to examine intersectoral possibilities; and c) to highlight pedagogical practices and inclusive policies that promote youth protagonism. This is a qualitative study, based on a literature review through research of articles from previously selected databases. Three articles were analyzed: Coutinho (2011), Silva and Silva (2009), and

¹ Mestranda em Direitos Humanos pelo Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania da Universidade de Brasília – UnB - danielle.aquino@sejus.df.gov.br

² Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Brasília – UnB – kikafr@gmail.com

Souza, Souza, and Farache (2025). The results revealed that adolescents' school permanence and success are still compromised by socioeconomic difficulties, structural deficiencies in institutions, lack of intersectoral coordination, and the predominance of traditional pedagogical models that fail to engage with youth realities. In view of these findings, rethinking school inclusion strategies for adolescents requires both the strengthening of intersectoral public policies and the redefinition of everyday pedagogical practices within educational institutions and among other actors involved in the process. Only through this dual structural and pedagogical dimension will it be possible to transform schools into territories of protection, inclusion, and expanded opportunities, capable of responding to the contemporary demands of this segment of the population.

Keywords: Adolescents; Inclusion; School; Intersectoral practices and inclusive policies.

INTRODUÇÃO

A adolescência representa um período de intensas transformações físicas, emocionais, sociais e culturais, nas quais o sujeito vivencia a transição entre a dependência infantil e a busca por autonomia e pertencimento social. É nesse contexto que a educação assume papel central no desenvolvimento humano e na consolidação da cidadania. Não por acaso, a Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) e o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Brasil, 1990) consagram a educação como política pública essencial e direito fundamental, indispensável à proteção integral da infância e da adolescência.

Contudo, apesar de tantos avanços normativos ainda hoje nos deparamos com diversas situações em que determinados grupos enfrentam maior exposição a riscos sociais, econômicos e institucionais, decorrentes de desigualdades estruturais e da insuficiência de políticas públicas capazes de assegurar proteção e inclusão. Assim, persistem desafios limitadores do acesso e permanência escolar, sobretudo entre crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, como aqueles com deficiência, distorção idade-série, pertencentes a grupos étnico-raciais minorizados ou residentes de territórios periféricos.

A realidade revela que a exclusão educacional continua sendo uma expressão das múltiplas formas de exclusão social, evidenciando a persistência de desigualdades estruturais que atravessam o sistema educacional brasileiro. Diante desse cenário, observam-se situações adversas nesse ambiente, limitadoras tanto do acesso quanto da permanência escolar.

O afastamento dos ambientes escolares e do convívio comunitário nessa etapa da vida compromete as oportunidades de aprendizagem e configura um importante fator de insegurança, pois limita o acesso a direitos fundamentais, a proteção e o desenvolvimento. Essa exclusão restringe o acesso às políticas públicas, fragiliza os mecanismos de proteção previstos

no ECA e enfraquece o princípio da proteção integral que orienta as ações voltadas à infância e à adolescência.

Quando pensamos em educação, devemos compreendê-la não apenas sob o prisma formal, mas como instrumento estratégico do sistema de garantia de direitos e em espaço de inclusão. Para isso, conceber as abordagens educacionais como políticas públicas integrativas e intersetoriais é essencial. Implica na articulação das ações das áreas de saúde, assistência social, cultura e direitos humanos, de modo a garantir não apenas o acesso, mas a permanência e o sucesso dos estudantes.

Mesmo compreendendo a importância dos ambientes escolares, o cenário atual é marcado pela predominância de modelos educacionais tradicionais, reprodutores de desigualdades estruturais e favorecedores de crianças e adolescentes que se enquadram em determinados padrões biopsicossociais, enquanto uma parcela dos estudantes continua exposta a barreiras que limitam essa trajetória.

Diante desse panorama, torna-se imprescindível a implementação de políticas públicas educacionais articuladas a processos de ensino transformadores, capazes de reverter o cenário atual, pois ações estatais no âmbito educacional, quando articuladas a práticas pedagógicas adequadas, possibilitam o rompimento da lógica social excluente, tornando-se favorável à promoção de trajetórias emancipatórias até mesmo para a infância e adolescência de territórios vulnerabilizados (Arroyo, 2000).

Nesse sentido, é importante destacar que a inclusão requerida através do ambiente escolar não se refere apenas ao contexto pedagógico, mas abrange todas as dimensões do processo educativo, envolvendo o reconhecimento da diversidade como valor e garantia de condições para que cada adolescente possa aprender, permanecer na escola e projetar o futuro.

Implica necessariamente repensar as formas de articulações intersetoriais, formação e valorização docente, currículos, metodologias de ensino e práticas pedagógicas, de modo a assegurar que a escola seja um espaço de pertencimento social, respeito às diferenças e fortalecimento de identidades.

A inclusão deve ser entendida como princípio orientador de ações governamentais intersetoriais e transversais entre educação, assistência social, saúde e cultura, favorecendo o atendimento integrado que responda às múltiplas necessidades dessa fase da vida.

O espaço escolar ocupa papel estratégico na formação humana e na promoção de trajetórias emancipatórias, atuando como um local privilegiado de socialização, construção de saberes e de ampliação de oportunidades. Contudo, essa política pública sozinha, não consegue

dar conta da multiplicidade de vulnerabilidades que incidem sobre a adolescência, sobretudo daqueles indivíduos que vivenciam cotidianamente situações adversas e limitações multidimensionais, violências e violações de direitos.

Nesse contexto, o atendimento integral e subjetivo só se torna possível quando diferentes atores, incluindo a sociedade civil, atuam de forma articulada. A intersetorialidade surge, assim, como categoria-chave para compreender e operacionalizar respostas públicas integradas. Mais do que uma diretriz normativa, representa a necessidade de superar instituições fragmentados e construir redes de proteção social, capazes de enxergar indivíduos em sua totalidade (Inojosa, 2001; Junqueira, 2004).

Discutir a importância da intersetorialidade no contexto da função social da escola é fundamental para fortalecer o papel das instituições como promotoras de direitos humanos e reduzir desigualdades históricas.

O debate proposto neste artigo, portanto, busca refletir sobre como trabalhos intersetoriais podem contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas integradoras, promotoras da inclusão escolar, da emancipação social e perspectivas futuras para crianças e adolescentes em diferentes contextos.

Sob esse prisma, o ambiente escolar funciona como rede de proteção articulada, capaz de assegurar não apenas a aprendizagem, mas também a dignidade e a perspectiva de futuro dos adolescentes, por meio de ações que transformem a educação em um campo estratégico de emancipação social, apta a fortalecer o protagonismo infantojuvenil, aquela que amplia os horizontes para formação de cidadãos.

Diante disso, compreender a escola como rede de proteção significa reconhecê-la para além de seu papel instrucional, assumindo-a como espaço de promoção de direitos, de vínculos e de produção de pertencimento. Trata-se de concebê-la como território em que a inclusão se materializa nas relações, nas práticas pedagógicas e na articulação com outras políticas públicas. Assim, defender a permanência e o sucesso escolar na adolescência exige a construção de ações integradas, sensíveis às singularidades desses estudantes e comprometidas com a transformação social.

É nessa perspectiva que se insere o presente estudo: A escola como rede de proteção e desafios e possibilidades da inclusão na adolescência. O tema discute, por meio de uma revisão bibliográfica, os possíveis desafios e/ou caminhos que possam favorecer o protagonismo ‘infantojuvenil’, bem como a ampliação de oportunidades para adolescentes, especialmente aqueles historicamente vulnerabilizados. Para tanto, o artigo está organizado em quatro seções:

(1) esta introdução, que contextualiza e fundamenta a temática; (2) a metodologia adotada para seleção e análise do material; (3) a discussão, na qual são apresentadas e analisadas as contribuições dos três estudos selecionados; e, por fim, (4) as considerações finais e as referências que embasam o trabalho. Essa estrutura busca oferecer ao leitor um percurso claro, coerente e fundamentado sobre a escola como rede de proteção e espaço de inclusão na adolescência.

METODOLOGIA

Sem a pretensão de esgotar a totalidade da produção já existente, este estudo foi desenvolvido com o objetivo de identificar e analisar produções acadêmicas e documentos normativos que abordam a temática da educação e do atendimento de adolescentes, com ênfase nas práticas e políticas inclusivas. Para tanto, foi utilizada uma revisão bibliográfica que, para Gil (2002), é o levantamento e a análise de material já publicado, possibilitando ao pesquisador conhecer o estado da arte sobre o tema, compreender como determinados conceitos têm sido formulados e problematizados, bem como identificar lacunas e tendências presentes no debate acadêmico.

Nesse sentido, fez-se necessário conhecer o estado da arte sobre o tema, compreender como determinados conceitos têm sido formulados e problematizados, bem como identificar possibilidades e tendências presentes no debate acadêmico. Assim, o objetivo geral é analisar a escola como rede de proteção e espaço de inclusão na adolescência. Os objetivos específicos são: a) identificar desafios que dificultam a permanência e o sucesso escolar de adolescentes; b) verificar possibilidades intersetoriais; c) destacar práticas pedagógicas e políticas inclusivas que favoreçam o protagonismo infantojuvenil. Para o alcance desses objetivos e discussão dos resultados, fez-se a leitura das produções científicas sobre adolescência, relacionados à nossa temática, com escola e rede de proteção social, buscando compreender as concepções e práticas intersetoriais presentes nas publicações acadêmicas.

Destarte, a opção por esse tipo de trabalho justifica-se pela necessidade de compreender como se encontra o debate, percebendo as diferentes abordagens teóricas e as contribuições já sistematizadas sobre o tema. Destaca-se também que o artigo parte de um estudo qualitativo, adequado para compreender contextos complexos (Flick, 2009), com pesquisa conduzida em bases de dados científicas reconhecidas, tais como *SciELO*, CAPES Periódicos e Google Acadêmico, no período de 2009 a 2025. Foram utilizadas as seguintes categorias para a pesquisa

no banco de dados: inclusão de adolescentes, rede de proteção de adolescentes, escola como rede de proteção, desafios e permanência de adolescentes na escola, práticas pedagógicas e políticas inclusivas para adolescentes.

Figura 1 – Categorias de pesquisa



Fonte: As autoras (2025).

Logo, por meio dessas categorias, foram incluídos artigos científicos em português, os quais apresentassem relação direta com a temática da educação de adolescentes e políticas de inclusão. Documentos normativos nacionais, como a CF/88 (Brasil, 1988), o ECA (Brasil, 1990) e, dada sua relevância para o marco legal e político, também foi incorporado à análise o Plano Nacional de Educação (Brasil, 2014). É importante destacar que os critérios de exclusão abrangeram publicações que: (a) não tratassem diretamente da faixa etária do estudo; (b) não tivessem sido publicados na íntegra; c) não redigidos em língua portuguesa; d) sem conexão com políticas públicas ou educação; (e) que apresentassem duplicidade entre bases.

Embora a busca inicial tenha identificado diversos trabalhos sobre inclusão escolar, apenas três artigos atenderam simultaneamente aos critérios de inclusão por abordar a adolescência, tratar da escola como rede de proteção e discutir intersetorialidade nas políticas educacionais.

É válido ressaltar que o refinamento e a escolha de um número restrito de estudos possibilitaram uma análise mais aprofundada, coerente com o objetivo de compreender de forma crítica as metodologias e políticas de inclusão escolar.

O processo de análise ocorreu em três etapas: (1) leitura exploratória dos títulos e resumos para triagem inicial; (2) leitura seletiva dos textos completos, identificando categorias

temáticas centrais; e (3) análise interpretativa, buscando articular a produção encontrada com os referenciais teóricos sobre inclusão educacional e intersetorialidade no atendimento a adolescentes. Destacamos a seguir o desenvolvimento com os artigos selecionados e a discussão dos estudos de acordo com o objetivo geral e objetivos específicos propostos nesta pesquisa.

DISCUSSÃO

Expomos nessa seção a análise dos trabalhos selecionados na revisão de literatura, com o propósito de discutir como diferentes pesquisas têm abordado a escola enquanto rede de proteção e espaço de inclusão na adolescência, considerando os objetivos deste estudo: geral - analisar a escola como rede de proteção e espaço de inclusão na adolescência. Específicos: a) Identificar desafios que dificultam a permanência e o sucesso escolar de adolescentes; b) Verificar possibilidades intersetoriais; c) Destacar metodologias pedagógicas e políticas inclusivas que favoreçam o protagonismo infantojuvenil.

Através dessas análises, torna-se possível identificar desafios recorrentes, mostrar possibilidades intersetoriais e destacar abordagens educacionais e políticas públicas as quais contribuem para a permanência e o protagonismo infantojuvenil, em consonância com os objetivos propostos.

O primeiro artigo analisado foi o trabalho de Coutinho (2011), intitulado “Pesquisa-intervenção na escola: adolescência, educação e inclusão social”. Em uma pesquisa anterior, a autora pôde analisar grupos de adolescentes em ambiente escolar, com o intuito de compreender como a escola pode se constituir em espaço de inclusão cultural, social e de fortalecimento dos vínculos.

Por meio de encontros reflexivos, os jovens foram incentivados a compartilhar experiências e a ressignificar sua relação com a escola, revelando a importância de práticas pedagógicas que ultrapassassem meramente o ensino formal.

O artigo mostrou alguns obstáculos de pertencimento e de permanência dos estudantes em âmbito educacional e reforçou a importância de estratégias intersetoriais e pedagógicas que valorizassem o protagonismo estudantil na infância e adolescência.

Os apontamentos do texto revelaram que o ambiente escolar não era, para a maior parte dos estudantes, um espaço interessante, por isso a prática pedagógica deveria dialogar com a socialização, contemplando a subjetividade também nessa etapa da vida. A investigação também destacou que existem modelos pré-determinados de estudantes que se sentiam de fato,

pertencentes ao ambiente escolar; no entanto, para os demais alunos, a exclusão era por vezes inevitável.

Concluiu que a instituição escolar é diariamente convidada a repensar seu papel social e comunitário, pois a escola, na atual conjuntura, também se caracteriza como um espaço de construção, que estabelece redes sociais, afetivas e de expansão de oportunidades. A educação também pode atuar enquanto rede de proteção na adolescência, pois nessa fase o indivíduo rompe com os vínculos parentais e segue à procura de identificação social, necessitando de ações favorecedoras do protagonismo e de ações educativas inclusivas e transformadoras.

Além disso, o estudo de Coutinho (2011) traz que os processos de exclusão não se dão apenas pela ausência material de condições, mas também pela forma como a escola produz sentidos de pertencimento e não pertencimento no cotidiano. A autora demonstra que a instituição escolar costuma operar a partir de normas de comportamento, desempenho e identidade que reconhecem como legítimo um determinado “perfil de aluno ideal”. Aqueles que não se ajustam a esse modelo — seja por questões culturais, socioeconômicas, familiares ou subjetivas — tendem a vivenciar experiências de silenciamento, desvalorização e descontinuidade de trajetórias escolares.

Nesse sentido, a exclusão não é um evento pontual, mas um processo que se constrói nas interações e discursos do cotidiano escolar. A prática pedagógica, quando limitada ao ensino conteudista e à disciplinarização dos corpos, reforça fronteiras simbólicas, produzindo afastamentos sutis entre a escola e os adolescentes.

Ao propor encontros reflexivos, destaca que a escuta e a circulação da palavra se tornam estratégias para a reconstrução de vínculos entre adolescentes e escola. Não se trata apenas de incluir estudantes em atividades já existentes, mas de reconhecer-lhos como sujeitos que produzem saberes, interpretações e leituras sobre sua própria experiência social. Nesse processo, a escola pode deslocar-se de uma instituição que “corriga” comportamentos para uma que acolhe, negocia e ressignifica trajetórias, favorecendo a emergência do protagonismo infantojuvenil. O estudo também sugere que a inclusão não se limita ao campo pedagógico, exigindo a articulação com políticas intersetoriais que considerem saúde mental, condições materiais, vínculos comunitários e proteção social. Assim, a pesquisa de Coutinho (2011) reforça que transformar a escola em rede de proteção não é acrescentar programas, mas reorganizar modos de relação, escuta e pertencimento.

O segundo artigo analisado foi a pesquisa de Silva e Silva (2009) “A educação integral no contexto da intersetorialidade”, avaliando a implementação do programa “Mais educação”

no estado de Pernambuco. O estudo constatou que, para evitar as situações de exclusão social, a escola deveria reinventar suas estratégias, superando o enfoque meramente cognitivo para uma abordagem centrada nas dimensões sociais. Nesse sentido, elucidou a educação enquanto estratégia de “inclusão social” e como política pública de proteção para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade por meio do ensino em tempo integral, apresentando a intersetorialidade como uma estratégia possível para fortalecimento do protagonismo entre crianças e adolescentes.”

De acordo com a pesquisa, existia na educação um caráter socializador e que o ensino em tempo integral seria capaz de aumentar o sentimento de pertença em determinadas comunidades. Por conseguinte, era importante destacar que essa política pública deveria implicar diferentes atores sociais como corresponsáveis pelo processo formativo a fim de afastar alguns estudantes dos contextos de risco social, valendo-se de estratégias de políticas intersetoriais.

Embora essa tenha sido a proposta inicial do programa, o estudo revelou entraves, os quais dificultaram o trabalho intersetorial e a permanência do projeto posteriormente, como: barreiras burocráticas, falta de formação dos profissionais, dificuldade de compartilhamento de informações, distanciamento entre o proposto pela gestão e as reais necessidades financeiras, além de demais entraves administrativos em função da ausência de um modelo de gestão.

A pesquisa de Silva e Silva (2009) também demonstrou que a educação integral pode se constituir como importante estratégia de inclusão e proteção social, desde que acompanhada de políticas intersetoriais efetivas. Chama atenção para o fato de que a educação integral, enquanto política pública, não se restringe ao aumento da carga horária, mas implica reconfigurar o próprio sentido da escola. Nesse modelo, o tempo ampliado não deve ser destinado apenas à repetição de conteúdos ou ao reforço escolar, mas à criação de experiências educativas que dialoguem com a vida cotidiana, com as identidades juvenis e com o território. Assim, a escola é convocada a romper com práticas fragmentadas, reconhecendo que o desenvolvimento integral envolve dimensões cognitivas, emocionais, culturais e comunitárias. Ao incorporar oficinas culturais, práticas corporais, atividades artísticas e projetos coletivos, o Programa Mais Educação buscava produzir espaços de pertença e circulação de afetos, favorecendo a construção de vínculos entre os adolescentes, os educadores e a comunidade local.

Contudo, Silva e Silva (2009) discutem que essa mudança de perspectiva exigia também revisões estruturais na gestão escolar e nas políticas de formação docente. Muitos profissionais não se sentiam preparados para atuar em propostas pedagógicas de caráter ampliado e

intersectorial, que demandavam planejamento coletivo, diálogo com outras políticas e mediação de conflitos sociais complexos. Além disso, a intersectorialidade, embora defendida normativamente, encontrava limites na prática: a comunicação entre setores era frágil, os papéis institucionais não eram claramente definidos e a responsabilização frequentemente recaía sobre a escola, que se via sobrecarregada diante da ausência de apoio consistente de outras instâncias estatais. Dessa forma, o estudo revela que, sem gestão articulada e formação adequada, a intersectorialidade corre o risco de ficar apenas no plano do discurso, não se efetivando como prática transformadora.

Assim, a pesquisa reforça que a educação integral só se torna política de proteção social quando sustentada por redes de cooperação entre escola, famílias, comunidade e demais serviços públicos. Isso envolve criar fluxos de comunicação estáveis, protocolos de atendimento compartilhados, ações conjuntas de acompanhamento dos estudantes e práticas pedagógicas que reconheçam os adolescentes como sujeitos sociais ativos. Logo, o estudo de Silva e Silva (2009) contribui para compreender que a inclusão na adolescência depende menos do tempo de permanência na escola e mais da qualidade das relações produzidas nesse tempo, das condições de trabalho docente e da capacidade institucional de promover experiências educativas que produzam sentido, pertencimento e futuro.

O último artigo analisado foi o estudo de Souza; Souza e Farache (2025), o qual trouxe a implementação do Programa Busca Ativa Escolar no estado do Rio Grande do Norte, destacando como a escola pode atuar como rede de proteção diante dos riscos de evasão.

A investigação apontou que a permanência e o sucesso escolar de adolescentes encontram alguns obstáculos, como: dificuldades socioeconômicas, carências estruturais das escolas, distanciamento entre as propostas de gestão e as reais condições locais, além da fragilidade na articulação entre diferentes setores sociais.

Esses elementos reforçam a compreensão de que a evasão não se limita a fatores internos à escola, mas encontra-se associada às condições de vida e ao contexto comunitário em que os estudantes estão inseridos. Ressalta-se que o trabalho destaca possibilidades abertas pela intersectorialidade, uma vez que a Busca Ativa se constitui como estratégia que exige cooperação entre escolas, secretarias de educação, serviços de assistência social, famílias e comunidades. Essa articulação pode possibilitar maior acompanhamento dos estudantes em situação de risco, favorecendo uma melhor intervenção.

Assim, o programa se apresenta como um mecanismo que amplia o alcance da escola e a consolida como espaço de inclusão, na medida em que se conecta a outras políticas públicas

de proteção. Por fim, o artigo demonstrou que políticas como a Busca Ativa Escolar podem contribuir para o fortalecimento de ações inclusivas, já que visam não apenas o retorno dos adolescentes à escola, mas também a reconstrução de vínculos de pertencimento e a valorização de suas trajetórias e esse movimento favorece o protagonismo infantojuvenil, pois reconhece o estudante como sujeito de direitos e como participante ativo do processo.

Nesse sentido, os autores reforçam que a escola, quando articulada a programas intersetoriais, pode se consolidar como espaço de proteção, inclusão e ampliação de oportunidades para adolescentes em contextos de risco social.

Em síntese, os estudos analisados revelam tanto os limites quanto às possibilidades da escola no enfrentamento da evasão e na promoção da inclusão, reafirmando sua relevância como espaço de proteção social e de garantia de direitos na infância e adolescência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo relatório da UNICEF (2021), milhões de crianças e adolescentes brasileiros continuam fora da escola ou expostos ao risco de evasão, sobretudo em contextos marcados pela exclusão, pobreza, desigualdade racial e fragilidade das políticas públicas.

Tal cenário evidencia que a inclusão escolar de crianças e adolescentes não pode se limitar à elaboração de instrumentos normativos, ou ao acesso físico à sala de aula, requer o fortalecimento de políticas públicas intersetoriais, capazes de articular educação, saúde, assistência social e cultura, bem como a ressignificação das ações pedagógicas cotidianas.

Somente a conjugação dessas duas dimensões: estruturais e pedagógicas, permitirá que a escola se consolide como um verdadeiro território de proteção, inclusão e ampliação de oportunidades, respondendo de forma efetiva às demandas contemporâneas da infância e da adolescência.

Os estudos analisados são convergentes ao tecerem apontamentos sobre as barreiras estruturais que comprometem a permanência e o sucesso escolar dos adolescentes.

Evidenciam que o sentimento de não pertencimento e carência de práticas pedagógicas que acolham as especificidades infantojuvenis demonstram que entraves burocráticos e administrativos, aliados à falta de integração entre as políticas públicas fragilizam a implementação da educação integral, impactando diretamente na permanência no ambiente escolar. Reforçam ainda a gravidade do problema da exclusão ao mapear fatores como

desigualdade socioeconômica, carência de recursos e desarticulação entre setores, os quais ampliam o risco de evasão.

No que se refere à intersetorialidade, os artigos demonstram que a efetivação do direito à educação requer ações integradas entre diferentes setores, apresentam a educação integral como um exemplo concreto de política pública que só se viabiliza mediante cooperação intersetorial, reforçando a perspectiva ao propor a escola como espaço de articulação entre dimensões pedagógicas, sociais e de saúde, fortalecendo a rede de proteção.

A análise permitiu identificar que a permanência e o sucesso escolar de adolescentes ainda são comprometidos por dificuldades como, por exemplo, a desigualdade socioeconômica, a carência estrutural das instituições, a falta de articulação intersetorial e a predominância de modelos pedagógicos tradicionais que não dialogam com as realidades infantojuvenis.

Apesar de tais dificuldades, os artigos revisados destacaram que a intersetorialidade se apresenta como um caminho importante para consolidar a escola como espaço de proteção integral, já que pode ampliar mais possibilidades de ação ao agregar a educação, assistência social, saúde, cultura e demais setores.

Nesse sentido, os programas citados nas pesquisas revisadas, como a Educação Integral e a Busca Ativa Escolar, destacaram-se como boa escolha para a promoção de práticas capazes de prevenir a evasão, fortalecer vínculos comunitários e favorecer a inserção dos adolescentes em redes de apoio mais amplas.

Do ponto de vista pedagógico, os trabalhos mostraram um fomento às experiências que destacam a importância da escuta dos estudantes, da valorização de suas trajetórias e da promoção de práticas inclusivas que assegurem não apenas o acesso, mas sobretudo o pertencimento e o protagonismo infantojuvenil.

A escola, assim, ultrapassa o papel restrito de transmissora de conteúdos e se configura como espaço de cidadania, de emancipação social e de garantia de direitos.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. **Ofício de mestre:** imagens e autoimagens. Petrópolis: Vozes, 2000.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 17 set. 2025.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 17 set. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 17 set. 2025.

COUTINHO, Luciana Gageiro. Pesquisa-intervenção na escola: adolescência, educação e inclusão social. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 63, n. 1, p. 2-10, 2011. Disponível em: <https://revistaabp.org.br/article/view/1624>. Acesso em: 31 jan. 2025.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Tradução de Joice Elias Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

INOJOSA, Rose Marie. Intersetorialidade: um desafio para a gestão das políticas sociais. **Serviço Social & Sociedade**, n. 65, p. 87-104, 2001.

JUNQUEIRA, Luciano Mendes de Faria Filho. Intersetorialidade das políticas sociais: um desafio para o Sistema de Proteção Social. **Serviço Social & Sociedade**, n. 79, p. 95-120, 2004.

SOUZA, Adriana Aparecida; SOUZA, Claudenyce Dantas de; FARACHE, Emilia Cristina Maia. A contribuição do Programa Busca Ativa Escolar no combate à evasão na rede estadual de educação do Rio Grande do Norte. **Revista de Instrumentos, Modelos e Políticas em Avaliação Educacional**, Fortaleza, v. 6, e025003, 2025. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/impa/article/view/14078/12892>. Acesso em: 17 set. 2025.

UNICEF. **Cenário da exclusão escolar no Brasil:** um alerta sobre os impactos da pandemia de COVID-19 na educação de crianças e adolescentes. Brasília: Fundo das Nações Unidas para a Infância, 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/14026/file/cenario-da-exclusao-escolar-no-brasil.pdf>. Acesso em: 19 set. 2025.